



GRUPO DE PAÍSES PRODUCTORES DEL SUR

GROUP OF PRODUCING COUNTRIES FROM THE SOUTHERN CONE

Contribuyendo a la producción global sustentable de alimentos
Contributing to the global sustainable food production

www.grupogpps.org | info@grupogpps.org

**Cenário internacional: acontecimentos
recentes com incidência direta na
agenda de comércio agroindustrial da
Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e
suas implicações**

Nelson Illescas y Marcelo Regúnaga

janeiro 2026

Cenário internacional: acontecimentos recentes com incidência direta na agenda de comércio agroindustrial da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e suas implicações

Nelson Illescas e Marcelo Regúnaga – GPS
janeiro de 2026

Conteúdo

- I. Introdução
- II. Principais eventos ocorridos no cenário comercial internacional na presente década
 - 1) UE-MERCOSUL: politização do acesso agroalimentar e “trade-offs” geopolíticos (2019 - 2026)
 - 2) Enfraquecimento do sistema multilateral e da OMC: fragmentação normativa e maior assimetria de poder (2019 – janeiro de 2026)
 - 3) Mudança climática: segurança alimentar, oferta exportável e “climate geopolitics” (2020 - janeiro de 2026)
 - 4) Regulação “extraterritorial” e sustentabilidade como instrumento geoeconômico que a UE pretende impor no comércio mundial
 - 5) Invasão da Rússia à Ucrânia: “weaponization” de grãos e fertilizantes (2022 – 2024)
 - 6) Crise das rotas marítimas: Mar Vermelho/Suez e Panamá; custos logísticos como variável geopolítica (nov. 2023 - 2024)
 - 7) “Nacionalismo alimentar”: restrições às exportações e gestão de preços internos (2022 - 2024)
 - 8) Rivalidade EUA - China e reordenamento dos fluxos comerciais (2024 – janeiro de 2026)
 - 9) Friendshoring e nearshoring: reconfiguração geopolítica das cadeias agroalimentares (2021 – janeiro de 2026)
 - 10) Fragilidade interna do MERCOSUL: união aduaneira incompleta, tensões políticas e perda de relevância externa (2019 – janeiro de 2026)
- III. Considerações finais para a agenda do agronegócio de ABPU
- IV. Algumas ideias para avançar
 1. Demanda
 2. Oferta

I. Introdução

O sistema agroalimentar do Cone Sul enfrenta atualmente um cenário internacional substancialmente mais complexo, fragmentado e incerto do que o observado na década anterior. Entre 2019 e o início de 2026, o comércio agroindustrial internacional passou por uma transformação estrutural que vai muito além das dinâmicas tradicionais de oferta, demanda e preços.

A convergência de rivalidades geopolíticas, conflitos armados, disrupções logísticas, estresse climático, o enfraquecimento do sistema multilateral de comércio e a proliferação de regulações unilaterais com efeitos extraterritoriais redefiniram o papel dos alimentos, dos insumos e das cadeias agroindustriais na economia política global.

Nesse novo contexto, a agricultura deixou de ser um setor predominantemente “técnico” do comércio internacional para se tornar um componente explícito da segurança econômica, estratégica e alimentar dos Estados.

Para o agronegócio da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (ABPU), essa transformação assume relevância particular. Como um dos principais fornecedores líquidos de alimentos, proteínas e bioenergias em escala global, a produção regional encontra-se simultaneamente mais bem posicionada e mais exposta. Ela ganha centralidade em um mundo marcado pela insegurança alimentar, pela incerteza, pela volatilidade e pela crescente politização do comércio, mas também enfrenta exigências crescentes em termos de sustentabilidade, rastreabilidade, confiabilidade, previsibilidade política e capacidade de resposta institucional. A isso se somam as fragilidades internas do próprio processo de integração do MERCOSUL e as limitações para transformar esse valor geopolítico em acesso efetivo a mercados, acordos de qualidade e capacidade de incidência regulatória.

Nesse contexto, os países ABPU enfrentam um duplo desafio. Por um lado, precisam preservar e fortalecer sua competitividade exportadora, posicionando ativamente os atributos diferenciais de seus sistemas produtivos diante de novas exigências regulatórias que, em muitos casos, foram concebidas sem o devido reconhecimento das realidades normativas, produtivas e ambientais da região. Por outro, torna-se imprescindível avançar na construção de uma agenda própria e proativa de cooperação regional, harmonização progressiva de padrões e posicionamento internacional, capaz de transformar restrições externas em oportunidades de acesso a mercados, atração de investimentos, agregação de valor e crescimento setorial.

A estagnação e o questionamento da agenda multilateral por parte dos Estados Unidos e de outros atores relevantes, a lentidão das negociações comerciais tradicionais e o surgimento de esquemas plurilaterais, acordos parciais e coalizões temáticas também exigem repensar as estratégias de inserção internacional de ABPU. Isso inclui tanto o acompanhamento e a incidência em negociações-chave — como MERCOSUL–União Europeia, Estados Unidos, Ásia e Oriente Médio — quanto a análise de alternativas dentro de uma arquitetura institucional global em transição, capaz de preservar regras previsíveis, não discriminatórias e baseadas em evidências científicas.

Nesse contexto, o Grupo de Países Produtores do Sul (GPS) entende que o monitoramento sistemático e a análise rigorosa desse cenário internacional incerto e dinâmico constituem um ponto de partida indispensável para consolidar um espaço estratégico de articulação público-privada em nível regional. Seu objetivo é gerar insumos técnicos sólidos que

sustentem propostas concretas de política e ações coordenadas do agronegócio da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O programa de atividades de 2026 do GPS deve contemplar o fortalecimento desse papel. Para isso, considera-se estratégico o monitoramento da geopolítica e das negociações internacionais, a elaboração de estudos baseados em evidências científicas aplicados a cadeias de valor estratégicas da agroindústria regional, o impulso a processos de harmonização produtiva e regulatória e a consolidação de redes empresariais nacionais e regionais capazes de influenciar de forma efetiva os processos de tomada de decisão nos níveis local, regional e internacional.

O conteúdo apresentado a seguir sistematiza os principais acontecimentos ocorridos entre 2019 e janeiro de 2026 que influenciaram diretamente a agenda de comércio agroindustrial de ABPU. Mais do que um inventário exaustivo, propõe um marco analítico para compreender os mecanismos geopolíticos subjacentes e suas implicações estratégicas, com o objetivo de contribuir para uma inserção internacional mais inteligente, coordenada e consistente do agronegócio dos quatro países em um cenário global cada vez mais politizado, fragmentado e exigente.

II. Principais eventos ocorridos no cenário comercial internacional na presente década

1) UE-MERCOSUL: politização do acesso agroalimentar e “trade-offs” geopolíticos (2019–2026)

O acordo UE-MERCOSUL foi, até sua assinatura em 2019, uma negociação predominantemente comercial; ao longo dos anos seguintes, evoluiu até se tornar, em 2025, sobretudo um tema político dentro da União Europeia. O agronegócio é, simultaneamente, símbolo, custo doméstico e variável estratégica para a UE, mas sua negociação ocorre no âmbito de um processo mais amplo no qual pesam diversos fatores geopolíticos e comerciais.

A evolução recente demonstra que o acesso agroalimentar do MERCOSUL já não é negociado apenas em termos de eficiência econômica, mas dentro de um marco que envolve autonomia estratégica europeia, transição verde, competição regulatória e disputas distributivas internas.

a. O que mudou desde 2019: do “market access” à disputa sobre o modelo (2019 - 2025)

1. **Hierarquização da agenda ambiental e de sustentabilidade:** a discussão deslocou-se de tarifas e quotas para condicionalidades (desmatamento, pegada ambiental, cumprimento de compromissos climáticos) e para a capacidade europeia de “governar” cadeias globais por meio de suas regulações.
2. **SPS (*Sanitary and Phytosanitary Measures*) e padrões como “nova fronteira” do acesso:** mesmo quando as concessões tarifárias são limitadas, a discussão

técnica (SPS, rastreabilidade, controles) funciona como mecanismo prático de administração do acesso, com custos relevantes para os exportadores.

3. **O agronegócio como “setor sensível” e âncora política:** para vários Estados-membros, o setor agropecuário funciona como linha vermelha. Não é apenas um setor econômico, mas também um componente identitário e territorial (coesão rural, estabilidade social e preferências de consumo), o que facilita sua transformação em conflito político.

b. Dinâmica geopolítica: autonomia estratégica, competição normativa e “trade-offs” (2020–2025)

A União Europeia tende a interpretar sua política comercial como parte de uma abordagem mais ampla de segurança econômica e normativa: resiliência, abastecimento, redução de vulnerabilidades e liderança regulatória. Nesse contexto:

- o acordo com o MERCOSUL é avaliado não apenas pelos ganhos comerciais, mas por sua compatibilidade política com prioridades europeias (Green Deal, narrativa climática, pressão social e respeito às normas multilaterais);
- o agronegócio do MERCOSUL aparece simultaneamente como ameaça interna e como “teste de coerência” para a UE: se for possível condicionar cadeias agroalimentares, será possível projetar sua capacidade regulatória também sobre outros parceiros.

c. Dezembro de 2025 – janeiro de 2026: o “veto doméstico” volta a ganhar força

Os protestos de agricultores, especialmente na França, reforçam um padrão: o acordo se torna um ativo negociador externo, mas um passivo político interno. Isso gera pelo menos dois efeitos práticos:

1. Aumenta a incerteza política sobre a conclusão e a ratificação do acordo, mesmo que o texto técnico já esteja avançado.
2. Reforça incentivos para compensações internas, seja por meio do aumento de subsídios domésticos, seja pelo endurecimento de condicionalidades ou pela restrição de margens em capítulos sensíveis (SPS, salvaguardas, mecanismos de verificação etc.).

d. Canais de transmissão para o comércio agroindustrial de ABPU

Essa politização opera por quatro vias concretas:

1. Condicionalidades explícitas ou implícitas (ambientais, rastreabilidade e verificação) como requisito para avanço ou legitimação política.
2. Maior escrutínio reputacional sobre cadeias “emblemáticas” (carne bovina e de aves, soja, etanol, açúcar e mel), nas quais qualquer controvérsia tende a ser amplificada no debate público europeu.
3. Risco de “fricção regulatória” pós-acordo: mesmo com preferências tarifárias, o acesso pode tornar-se oneroso caso o cumprimento regulatório se torne mais estrito e variável.
4. Uso do setor agropecuário como sinal geopolítico: endurecer ou flexibilizar o acesso pode funcionar como mensagem política em um contexto de tensões globais.

e. Implicações estratégicas para o MERCOSUL

Para o MERCOSUL, o ponto crítico é que a negociação deixa de ser puramente tecnocrática e passa a exigir uma abordagem dupla: técnico-regulatória e político-comunicacional.

Isso implica, em particular:

- **Estratégia narrativa:** reposicionar o agronegócio da região como fornecedor confiável e sustentável de alimentos, com transição produtiva verificável e contribuição para a segurança alimentar global.
- **Arquitetura de conformidade:** sistemas robustos de rastreabilidade, métricas verificáveis, protocolos SPS e esquemas de certificação capazes de sustentar auditorias e reputação.
- **Priorização de cadeias:** concentrar esforços nas cadeias com maior exposição política e maior capacidade de adaptação (carne, soja, mel, açúcar e etanol).
- **Integração produtiva e comercial:** desenvolver estratégias de cooperação com atores europeus em cadeias com potencial de crescimento, como biocombustíveis para aviação e transporte marítimo.
- **Antecipação de fricções regulatórias:** preparar mecanismos para lidar com controles, verificações e disputas regulatórias que possam neutralizar o acesso ao mercado.

2) Enfraquecimento do sistema multilateral e da OMC: fragmentação normativa e maior assimetria de poder (2019 – janeiro de 2026)

O enfraquecimento do sistema multilateral, em particular da Organização Mundial do Comércio (OMC), não é um fenômeno isolado. Trata-se do marco institucional que amplifica e torna mais persistentes os choques geopolíticos analisados. Quando o cumprimento das regras comuns perde força, o comércio agroindustrial tende a se organizar cada vez mais em função do poder de mercado, da capacidade regulatória e de acordos seletivos, em detrimento da previsibilidade baseada em regras.

a. O que mudou desde 2019

1. **Paralisia do Órgão de Apelação:** desde 2019, a ausência de uma segunda instância funcional reduz a capacidade dissuasória do sistema e enfraquece a previsibilidade do cumprimento das normas multilaterais.
2. **Ampliação do espaço para medidas unilaterais:** quando o custo de descumprir regras diminui, cresce o uso de regulações extraterritoriais, restrições emergenciais e decisões unilaterais com impactos comerciais.

No agronegócio, isso é particularmente relevante porque SPS, restrições à exportação e sustentabilidade são áreas nas quais a distinção entre medidas legítimas e discriminatórias depende de procedimentos técnicos e revisão independente.

b. Dinâmica geoeconômica: da governança multilateral à fragmentação

Observa-se um deslocamento para três formatos principais:

- **acordos preferenciais e “clubes regulatórios”**, com disciplinas mais profundas para seus participantes;
- **normas domésticas com alcance extraterritorial**, nas quais o importador impõe padrões ambientais e de rastreabilidade como condição de acesso;
- **arranjos bilaterais SPS ou habilitações específicas**, que aumentam custos de transação e assimetrias.

Esse contexto favorece atores com maior capacidade institucional e regulatória e prejudica aqueles que dependem da disciplina multilateral para equilibrar relações de poder.

c. Temas centrais da fragmentação

A ausência de atualização das regras multilaterais em áreas sensíveis aprofunda tensões:

1. Subsídios agrícolas e competição desleal.
2. Restrições à exportação vinculadas à segurança alimentar.
3. Uso de medidas SPS como instrumento técnico e político.
4. Proliferação de padrões ambientais fora do âmbito da OMC.

d. Impactos sobre o agronegócio de ABPU

O enfraquecimento do sistema multilateral gera impactos concretos:

1. Menor capacidade de defesa jurídica frente a barreiras encobertas.
2. Maior dependência de negociações bilaterais com grandes importadores.
3. Elevação dos custos de conformidade regulatória.
4. Deslocamento das disputas comerciais para arenas políticas.
5. Risco de fragmentação interna do próprio bloco.

e. Implicações estratégicas

O cenário exige que os países ABPU complementem a estratégia multilateral com instrumentos adicionais:

- diplomacia comercial ativa;
- cooperação regulatória em acordos comerciais;
- coordenação regional frente a regulações extraterritoriais;
- priorização de mercados com maior convergência normativa.

O enfraquecimento da OMC acelera a transição para um comércio agroindustrial cada vez mais organizado em torno de poder regulatório e capacidade institucional.

3) Mudança climática: segurança alimentar, oferta exportável e “climate geopolitics” (2020 – janeiro de 2026)

Entre 2020 e 2026, a mudança climática deixou de ser um risco de longo prazo para se tornar um multiplicador geopolítico imediato. Ela afeta simultaneamente a oferta global e a dos países de ABPU, a volatilidade de preços, a segurança alimentar, o acesso ao

financiamento e o desenho de regulações comerciais. Nesse contexto, o agronegócio de ABPU ganha relevância como fonte dinâmica de abastecimento, a partir de sistemas produtivos sustentáveis e de baixo impacto ambiental, mas também fica mais exposto a exigências ambientais extraterritoriais e a disputas por métricas e narrativas.

a. O que mudou: do “risco ambiental” para uma variável estrutural do comércio

1. Maior frequência e intensidade de eventos extremos (secas, inundações, ondas de calor), com impacto direto sobre produtividade, qualidade e estabilidade das colheitas.
2. Volatilidade endógena do sistema alimentar: o clima deixa de ser um choque exógeno ocasional e passa a integrar regularmente a formação de preços e o risco de abastecimento.
3. Valorização da resiliência produtiva: importadores e grandes compradores passam a avaliar fornecedores não apenas pelo custo, mas também pela capacidade de manter a oferta sob condições de estresse climático.

b. Dinâmica geopolítica: segurança alimentar e estabilidade política

A relação entre clima, alimentos e política se intensifica por duas razões principais:

- A inflação de alimentos é politicamente sensível: em muitos países, o aumento do preço de alimentos básicos tem efeitos diretos sobre conflitos sociais e sobre a legitimidade dos governos.
- Importadores líquidos passam a internalizar o risco alimentar como parte de sua segurança nacional, impulsionando políticas de diversificação de fornecedores, formação de estoques e acordos estratégicos (em alguns casos, como o da Índia, o acúmulo de estoques pode gerar efeitos negativos sobre o comércio).

Como resultado, a segurança alimentar passa a integrar cada vez mais as agendas de política interna e externa, e o comércio agrícola passa a ser interpretado como um elemento de estabilidade.

c. O clima como argumento regulatório: do multilateralismo à projeção extraterritorial

A União Europeia (e, em menor medida, os Estados Unidos e outros importadores) intensificam o uso de critérios climáticos e ambientais como condição de acesso a seus mercados:

- Desmatamento, uso do solo, pegada de carbono e biodiversidade passam a funcionar como “passaportes” regulatórios.
- O debate desloca-se parcialmente das disciplinas multilaterais para regimes domésticos e mecanismos privados de compliance, nos quais o importador define métricas e padrões.

Essa mudança não é apenas técnica: envolve competição normativa e disputa sobre quem define o conceito de “produção sustentável” e outras dimensões ambientais.

d. Competição de narrativas e disputa por métricas (a dimensão política do clima)

Na prática, consolidam-se narrativas em tensão:

- **União Europeia:** ênfase na redução de emissões por meio da regulação do comércio e de condicionalidades ambientais, com priorização de padrões verificáveis definidos pelo importador.

- **ABPU:** ênfase na provisão de alimentos, intensificação sustentável, eficiência por unidade produzida, captura de carbono no solo e soluções baseadas na natureza.

Essa disputa é relevante porque define custos de conformidade, acesso a mercados e reputação internacional. Além disso, abre espaço para que o clima funcione como mecanismo de diferenciação competitiva com viés protecionista (“protecionismo climático”), caso não sejam reconhecidas equivalências e trajetórias nacionais. Trata-se de um grande desafio para negociações comerciais plurilaterais, bilaterais ou multilaterais.

e. Canais de impacto sobre o agronegócio de ABPU

A mudança climática impacta a agenda agroindustrial de ABPU por cinco vias principais:

1. **Oferta exportável e volatilidade:** secas e anomalias climáticas reduzem volumes e aumentam a variabilidade interanual da produção, afetando a consistência do abastecimento e os preços, além de impactar a percepção interna do setor como fonte de divisas e desenvolvimento.
2. **Custos de adaptação e investimento:** maior necessidade de infraestrutura hídrica, tecnologias de irrigação, manejo de solos, melhoramento genético, seguros agrícolas e sistemas de alerta precoce.
3. **Risco reputacional e rastreabilidade ambiental:** cresce o escrutínio sobre uso do solo e desmatamento; episódios isolados podem escalar para questionamentos sistêmicos.
4. **Segmentação de mercados por exigências climáticas:** amplia-se a diferença entre mercados “premium/regulados” e mercados de menor exigência, estimulando estratégias de segregação e certificação que já vêm sendo adotadas por exportadores competitivos (como Austrália e Malásia).
5. **Atração de investimentos e financiamento:** o acesso ao capital torna-se cada vez mais condicionado a credenciais ESG¹ e à capacidade de reporte e verificação, com impactos sobre projetos de expansão e modernização.

f. Implicações estratégicas para ABPU

A mudança climática impõe tratar comércio, investimento e sustentabilidade como uma única agenda. Em termos operacionais, isso implica:

- Defesa técnica baseada em métricas próprias e comparáveis: desenvolver e padronizar medições (emissões por kg produzido, carbono no solo, balanço de uso do solo) com sistemas de verificação confiáveis.
- Diplomacia climático-comercial: negociar reconhecimento de equivalências, evitar duplicações regulatórias e disputar narrativas com base em evidências.
- Fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento agroindustrial na região, tanto para sustentar a produção quanto para fundamentar tecnicamente as narrativas internacionais.
- Estratégia de resiliência produtiva: adaptar sistemas produtivos para manter a oferta sob estresse climático e reforçar o posicionamento como fornecedor confiável.

- Estrutura de conformidade para mercados exigentes: rastreabilidade ambiental, certificação, segregação de fluxos e governança público-privada.

O clima eleva o valor geopolítico do agronegócio de ABPU como fornecedor líquido em um mundo mais volátil, mas também eleva o nível de exigência: a competitividade futura dependerá tanto de volume e eficiência quanto de credibilidade ambiental verificável e capacidade de negociação regulatória.

4) Regulação “extraterritorial” e sustentabilidade como instrumento geoeconômico que a UE pretende impor ao comércio mundial

A União Europeia definiu uma estratégia interna em matéria ambiental que pretende projetar de forma unilateral no comércio global. Muitas dessas políticas e decisões não possuem base científica consolidada e têm sido objeto de questionamentos em diversos âmbitos e fóruns internacionais (inclusive em alguns países da própria UE). Ainda assim, a União Europeia vem implementando medidas que restringem o comércio, como o Regulamento (UE) 2023/1115 e o CBAM². Como exemplo dessa abordagem, analisa-se o caso do Regulamento 1115, que afeta diretamente o comércio de produtos agropecuários relevantes para o agronegócio de ABPU.

A adoção do Regulamento (UE) 2023/1115 sobre produtos livres de desmatamento (EUDR) representa um ponto de inflexão na forma como a União Europeia projeta seu poder regulatório sobre cadeias agroalimentares globais. A EUDR não atua apenas como uma norma ambiental, mas como um instrumento geoeconômico que redefine as condições de acesso ao mercado, os custos de conformidade e as hierarquias entre fornecedores.

a. O que a EUDR introduz: dos padrões ambientais ao controle das cadeias

EUDR impõe obrigações que vão além do cumprimento tradicional de requisitos técnicos:

1. **Devida diligência obrigatória** para operadores e comerciantes, com responsabilidade explícita sobre a origem e o histórico ambiental do produto.
2. **Rastreabilidade georreferenciada em nível de parcela**, incorporando informações espaciais como condição de acesso ao mercado.
3. **Gestão de risco-país**: os sistemas nacionais dos países exportadores passam a ser avaliados implicitamente em função de sua capacidade de garantir a ausência de desmatamento.

Esse desenho desloca o foco do produto final para o sistema produtivo e regulatório de origem, ampliando o alcance extraterritorial da norma.

b. Dinâmica geopolítica: liderança regulatória e poder de mercado

EUDR insere-se em uma estratégia mais ampla da União Europeia voltada a:

- exportar padrões ambientais e climáticos;
- consolidar seu papel como **formuladora global de regras (rule-maker)**;
- condicionar o acesso ao seu mercado como incentivo à adoção de normas equivalentes.

Nesse contexto, a dimensão ambiental deixa de ser apenas um atributo reputacional e passa a funcionar como um filtro estrutural de acesso ao mercado, no qual o poder de mercado europeu permite transferir custos de conformidade para os países fornecedores.

c. O efeito dominó: da EUDR à “governança climática via comércio”

O impacto da EUDR não se limita à União Europeia:

1. **Sinalização para outros importadores:** grandes mercados começam a avaliar instrumentos semelhantes (ou compatíveis), ampliando o alcance desse modelo regulatório.
2. **Padronização privada:** traders, varejistas e financiadores passam a incorporar critérios semelhantes aos da EUDR em contratos e políticas globais de abastecimento.
3. **Finanças e seguros:** o risco de não conformidade ambiental passa a ser internalizado em prêmios, taxas e condições de acesso a financiamento.

Dessa forma, a EUDR contribui para a consolidação de uma forma de governança climática baseada no comércio, parcialmente desvinculada do sistema multilateral.

d. Tensão com a agenda UE-MERCOSUL: coerência, assimetrias e percepção de unilateralismo

A sobreposição entre EUDR e negociações UE-MERCOSUL gera fricções relevantes:

- **Assimetria de encargos:** enquanto o acordo busca liberalizar o comércio, a EUDR introduz novas barreiras de fato para setores sensíveis do MERCOSUL.
- **Questão de coerência normativa:** enfraquece-se a narrativa de “ganhos mútuos” caso o acesso preferencial fique condicionado a requisitos externos ao próprio acordo.
- **Percepção de unilateralismo:** no MERCOSUL, a EUDR é frequentemente interpretada como uma projeção extraterritorial que ignora marcos legais nacionais e trajetórias produtivas diferenciadas.

Isso eleva a agenda ambiental de um plano técnico para um plano político-estratégico, com potencial de gerar conflitos comerciais e diplomáticos.

e. Canais de impacto sobre o agronegócio de ABPU

EUDR impacta o agronegócio de ABPU por múltiplas vias simultâneas:

1. **Aumento de custos fixos e variáveis,** relacionados à rastreabilidade, segregação e monitoramento.
2. **Risco de exclusão de pequenos e médios produtores,** que possuem menor capacidade de adaptação.
3. **Segmentação de mercados,** com fluxos compatíveis com o EUDR e fluxos convencionais.
4. **Impacto reputacional para países e cadeias produtivas,** já que episódios isolados de descumprimento podem ganhar repercussão sistêmica.

As cadeias mais expostas - soja, carne bovina, couro e madeira - concentram tanto o risco comercial quanto o impacto político.

f. Implicações estratégicas para o agronegócio de ABPU

EUDR impõe uma mudança estrutural de abordagem na agenda agroindustrial de ABPU:

- **Passar da reação para a antecipação:** desenvolver sistemas próprios de rastreabilidade e verificação, em vez de respostas ad hoc a exigências de cada mercado.
- **Negociar equivalências regulatórias:** posicionar os marcos regulatórios nacionais e regionais como funcionalmente equivalentes, evitando duplicações.
- **Gerenciar politicamente o risco regulatório:** coordenar respostas regionais frente a interpretações restritivas ou discricionárias da EUDR.
- **Integrar sustentabilidade e acesso a mercados:** tratar clima e comércio como uma única agenda estratégica, e não como áreas separadas.

Em termos geopolíticos, o desafio não é apenas cumprir a EUDR, mas evitar que as questões ambientais se consolidem como um mecanismo permanente de administração assimétrica — e não negociada — do acesso ao comércio agroindustrial global.

5) Invasão da Rússia à Ucrânia: “weaponization” de grãos e fertilizantes (2022 - 2024)

A invasão da Rússia à Ucrânia, um conflito armado que ainda persiste, reconfigurou o comércio agroalimentar global ao demonstrar, de forma explícita, que grãos, óleos e fertilizantes podem funcionar como ativos estratégicos e como instrumentos de coerção. O episódio consolidou uma percepção que já vinha se fortalecendo desde a pandemia: a segurança alimentar deixou de ser um tema estritamente setorial e passou a integrar a agenda de segurança nacional e de estabilidade política em diversos países importadores.

a. O que mudou em 2022: ruptura da “normalidade” do comércio agrícola

1. Disrupção imediata da oferta exportável (trigo, milho e óleo de girassol) e pressão sobre os estoques globais, com rápida transmissão para os preços e aumento da volatilidade.
2. Choque no mercado de fertilizantes: Rússia e Belarus são atores relevantes na produção de fertilizantes e matérias-primas associadas; sanções, restrições logísticas e redirecionamento de fluxos elevaram os custos de produção agrícola em escala global.
3. Aumento do “risco geopolítico” nas commodities: o mercado passou a internalizar que o abastecimento pode ser interrompido não apenas por fatores climáticos ou ciclos de mercado, mas também por decisões estratégicas.

O resultado foi um aumento significativo da sensibilidade dos importadores a qualquer ameaça de interrupção no fornecimento, bem como uma valorização crescente de fornecedores considerados confiáveis.

b. Dinâmica geopolítica: sanções, corredores, controle de rotas e diplomacia alimentar

A guerra ativou três mecanismos geopolíticos com impacto direto sobre os agroalimentos:

- **Sanções e contrassanções:** mesmo quando alimentos são formalmente excluídos das sanções, efeitos indiretos — como restrições de pagamento, seguros, fretes, financiamento e compliance bancário — acabam gerando limitações reais ao comércio.

- **Controle de corredores e portos:** a exportação agrícola passou a depender diretamente da segurança marítima e do controle territorial.

- **Diplomacia alimentar:** países com capacidade exportadora passaram a ser pressionados — explícita ou implicitamente — a contribuir para a estabilidade de preços e para o abastecimento em regiões vulneráveis (Oriente Médio e Norte da África – MENA, África Subsaariana e Ásia Meridional).

c. Julho de 2023: fim da Iniciativa de Grãos do Mar Negro e consolidação do “food power”

O encerramento (ou a limitação efetiva) da Iniciativa de Grãos do Mar Negro³ reforçou uma mensagem estrutural: os alimentos podem ser utilizados para alterar expectativas de oferta, aumentar o prêmio de risco e influenciar decisões políticas de países importadores.

Isso não afetou apenas os preços; também aumentou a relevância de:

- redundância de fornecedores;
- diversificação de origens;
- capacidade logística e contratual para entregar produtos mesmo em contextos de disrupção.

d. Canais de transmissão para o agronegócio de ABPU

O choque repercutiu sobre o agronegócio de ABPU por diversas vias simultâneas:

1. **Oportunidades de mercado por substituição:** aumento da demanda por exportadores alternativos de trigo, milho e derivados, bem como por fornecedores estáveis de proteínas.
2. **Maior volatilidade e sensibilidade a sinais geopolíticos:** mudanças em corredores logísticos ou eventos militares refletem-se imediatamente nos preços internacionais, afetando planejamento comercial, estratégias de hedge e decisões de plantio.
3. **Custo estrutural associado aos fertilizantes:** aumento dos custos de produção, com impactos sobre margens e competitividade, especialmente em sistemas intensivos e em regiões com maior demanda por fertilização, como no caso do Brasil.
4. **Exigência de confiabilidade:** não basta apenas dispor de oferta; compradores valorizam cumprimento de contratos, capacidade logística, estabilidade regulatória interna e previsibilidade nas políticas de exportação.

e. Implicações estratégicas para o agronegócio de ABPU

Para o agronegócio de ABPU, a guerra reforça uma conclusão operacional: os países da região podem ganhar maior relevância como fornecedores líquidos de alimentos, mas essa relevância depende da manutenção de **confiança sistêmica**.

Isso implica:

- **Posicionamento como fornecedores confiáveis:** narrativa e prática comercial baseadas no cumprimento de contratos, regras previsíveis e baixa propensão a restrições às exportações.
- **Diplomacia comercial voltada à segurança alimentar:** maior presença em fóruns internacionais e em mecanismos de cooperação com países importadores vulneráveis e parceiros estratégicos.
- **Estratégia para insumos críticos:** redução da vulnerabilidade em relação aos fertilizantes por meio da diversificação de fornecedores, aumento da eficiência de uso e, quando viável, desenvolvimento de capacidades produtivas locais ou regionais.
- **Importância da pesquisa e desenvolvimento (P&D) agroindustrial:** elemento fundamental para sustentar ganhos de produtividade, fortalecer a sustentabilidade dos sistemas produtivos e dar suporte técnico às narrativas estratégicas.
- **Gestão do risco de preços:** aprimoramento de instrumentos de hedge e de mecanismos capazes de amortecer a volatilidade sem comprometer a credibilidade exportadora.

Embora a guerra tenha elevado o valor estratégico do agronegócio de ABPU como ator relevante no sistema agroalimentar global, também aumentou o nível de exigência: a competitividade passa a ser medida cada vez mais pela **resiliência, previsibilidade e capacidade de entrega em cenários de disrupção**.

6) Crise das rotas marítimas: Mar Vermelho/Suez e Panamá; custos logísticos como variável geopolítica (nov. 2023 - 2024)

As disrupções em rotas marítimas estratégicas desde o final de 2023 consolidaram uma mudança relevante: a logística deixou de ser um “back office” da competitividade e passou a ser uma variável geopolítica que define acesso a mercados, preços líquidos e confiabilidade do abastecimento. Para exportadores de commodities, nos quais o frete representa uma parcela significativa do valor FOB e as margens podem ser estreitas, mudanças relativamente pequenas em prazos e custos geram efeitos comerciais desproporcionais.

a. O que ocorreu e por que importa: de incidente regional a choque sistêmico

1. Mar Vermelho/Suez (desde nov. 2023): o aumento do risco de segurança em uma artéria crítica do comércio global provocou desvios de navios, ampliando distâncias, tempos de trânsito e exposição a custos de oportunidade (rotação da frota, congestionamento em portos alternativos).

2. Canal do Panamá (2023 - 2024): restrições decorrentes de condições hídricas reduziram a capacidade e a previsibilidade de trânsito, afetando especialmente os fluxos entre Atlântico e Pacífico e rotas vinculadas à Ásia.

A importância estratégica desses choques reside no fato de que eles não representam apenas um aumento pontual de custos: alteram a arquitetura das rotas marítimas, a disponibilidade de capacidade de transporte e a formação de preços nas cadeias globais.

b. Dinâmica geopolítica: segurança marítima, seguros e prêmio de risco

Em contextos de disrupção, a competitividade passa a depender da “**prima de risco**” associada à operação em determinadas rotas:

- **Segurança e seguros:** aumentam os prêmios de seguro e os custos de conformidade; alguns operadores evitam rotas consideradas de alto risco, reduzindo a oferta de transporte.
- **Arbitragem geográfica:** fornecedores mais próximos ou com rotas menos expostas passam a ter vantagem relativa, mesmo quando seu custo de produção é maior.
- **Realocação de frota e gargalos logísticos:** o alongamento das rotas imobiliza capacidade naval (“mais dias por viagem”), elevando o custo dos fretes em escala global.

Isso reforça uma tendência mais ampla: a logística passa a ser um componente central da segurança econômica de importadores e exportadores.

c. Canais de transmissão para o agronegócio de ABPU

Para o agronegócio de ABPU, os impactos se manifestam em quatro dimensões principais:

1. Custo líquido de exportação e competitividade por destino

- O aumento dos fretes reduz o preço líquido recebido pelos exportadores e pode retirar ABPU de determinados mercados marginais, localizados em regiões mais distantes ou de maior risco.
- O acesso aos mercados asiáticos torna-se mais caro e mais incerto.
- Em commodities, a elasticidade é elevada: pequenas variações logísticas podem redefinir rapidamente as origens de fornecimento.

2. Tempo de trânsito e confiabilidade de entrega

- O aumento do tempo de navegação afeta compromissos contratuais, programação industrial e janelas sazonais de entrega, especialmente em produtos perecíveis ou com calendários rigorosos.
- A confiabilidade logística passa a ser tão importante quanto o preço.

3. Impacto diferenciado por tipo de produto

- **Grãos e oleaginosas:** o frete é determinante para a competitividade, com elevada sensibilidade a variações logísticas.
- **Proteínas e produtos processados (carne, lácteos, aves):** maior impacto devido à cadeia de frio, seguros e riscos operacionais; um dia adicional de transporte pode gerar custos significativamente superiores aos dos graneis.
- **Produtos especiais (mel, vinhos, frutas):** maior vulnerabilidade devido aos custos unitários e às exigências logísticas específicas.

4. Impacto sobre decisões comerciais e de investimento

- Incentivo a contratos com maior flexibilidade logística, diversificação de portos de saída e maior profissionalização da gestão logística e de riscos (seguros, rotas, acordos de frete futuro quando disponíveis).
- Reforço da importância da infraestrutura portuária, da dragagem, da eficiência operacional e da conectividade terrestre.

- Destaque crescente para a relevância de corredores logísticos interoceânicos entre Atlântico e Pacífico.

d. Implicações estratégicas para o agronegócio de ABPU

A crise logística empurra ABPU para uma agenda de competitividade que não pode mais ser apenas produtiva: ela precisa ser também **logística e baseada em resiliência**.

Na prática, isso implica:

- **Diversificação de destinos e janelas de exportação:** reduzir a dependência de rotas únicas e de mercados concentrados, priorizando destinos onde a equação logística seja mais robusta.
- **Fortalecimento da infraestrutura e da eficiência portuária:** dragagem, balizamento, capacidade de carga, redução de tempos de espera, digitalização de processos e coordenação público-privada. Destacam-se a reativação e modernização da Hidrovia e o desenvolvimento de infraestrutura interoceânica Atlântico-Pacífico, com coordenação regional.
- **Gestão de risco logístico:** incorporar mecanismos de contingência, contratos mais resilientes e estratégias de seguros diante de eventos de segurança marítima.
- **Posicionamento como “trusted supplier” (fornecedor confiável):** a confiabilidade logística passa a integrar o atributo reputacional do fornecedor, ao lado da qualidade e do cumprimento sanitário.

Os problemas logísticos demonstraram que a competitividade agroexportadora de ABPU não depende apenas de produzir com baixo custo e em grande escala. Ela depende cada vez mais da capacidade de **entregar de forma contínua e confiável**, em um contexto global no qual a logística se tornou um elemento central da geopolítica econômica e exige maior coordenação regional.

7) “Nacionalismo alimentar”: restrições às exportações e gestão de preços internos (2022–2024)

O período 2022 - 2024 consolidou um fenômeno que já havia emergido durante a pandemia: diante de choques de preços, volatilidade e pressão social, diversos países recorreram a restrições às exportações agroalimentares como instrumento de política doméstica. Essa prática reforçou a percepção de que o comércio de alimentos está cada vez mais subordinado a considerações políticas internas, com efeitos sistêmicos sobre os mercados internacionais.

a. O que mudou: de medidas excepcionais a instrumentos “normalizados”

1. **Crescente frequência e legitimidade política:** as restrições às exportações (proibições, cotas, impostos ou licenças) deixaram de ser medidas excepcionais e passaram a ser consideradas instrumentos aceitáveis para proteger preços internos e preservar a estabilidade social.

2. **Impacto ampliado em mercados concentrados:** quando o país que adota a medida é um ator dominante no mercado, o efeito global é imediato e desproporcional, ampliando a volatilidade e o risco de desabastecimento.
3. **Efeito demonstração:** decisões unilaterais de grandes exportadores incentivam respostas defensivas em outros países, aprofundando dinâmicas de “cada país por si”.

b. 4º caso do arroz e o sinal sistêmico (Índia, 2023–2024)

As restrições impostas pela Índia às exportações de arroz a partir de julho de 2023, posteriormente flexibilizadas de forma parcial, ilustram claramente essa dinâmica:

- Alteração abrupta de preços e fluxos em um mercado essencial para países de baixa renda.
- Internalização do risco político por parte dos importadores, que passam a diversificar origens mesmo a custos mais elevados.
- Reinterpretação geopolítica do comércio: o abastecimento deixa de ser avaliado apenas pela competitividade e passa a incorporar estabilidade institucional e previsibilidade da política comercial.

Esse episódio reforçou a ideia de que a segurança alimentar global pode ser afetada não apenas por guerras ou eventos climáticos, mas também por decisões domésticas de grandes países exportadores.

c. Repercussões na governança multilateral

O chamado “nacionalismo alimentar” reativou debates que há muito tempo estavam paralisados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC):

- restrições às exportações e seus limites nas disciplinas multilaterais;
- exceções por segurança alimentar e seu uso (ou abuso) em contextos de crise;
- compras humanitárias realizadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA/WFP), com esforços para proteger determinados fluxos contra restrições unilaterais.

No entanto, a falta de mecanismos efetivos de *enforcement* e a paralisação do sistema de solução de controvérsias da OMC reduziram a capacidade do multilateralismo de disciplinar essas práticas.

d. Canais de impacto sobre o agronegócio de ABPU

Para o agronegócio de ABPU, esse contexto se manifesta por diferentes canais:

1. **Demanda externa por fornecedores previsíveis:** importadores valorizam cada vez mais a continuidade do abastecimento e a baixa propensão a interrupções repentinas, muitas vezes acima do próprio preço.
2. **Prêmio reputacional (positivo ou negativo):** decisões de política interna impactam diretamente a reputação exportadora; os mercados tendem a lembrar quais países mantiveram seus fluxos comerciais e quais impuseram restrições em momentos críticos.
3. **Tensão doméstica estrutural:** em contextos inflacionários, governos enfrentam pressões para administrar preços internos, o que pode entrar em conflito com a estratégia exportadora e com a credibilidade externa.

4. **Interação com logística e clima:** quando restrições políticas se combinam com choques logísticos ou climáticos, os efeitos sobre preços e abastecimento se amplificam.

e. Implicações estratégicas para o agronegócio de ABPU

O desafio central para os países da região é equilibrar **estabilidade interna e credibilidade externa**, em um contexto no qual essas duas dimensões estão cada vez mais interligadas.

Isso implica:

- **Previsibilidade nas regras de exportação:** minimizar medidas discricionárias e, quando inevitáveis, estabelecer critérios claros, temporários e transparentes.
- **Construção de uma narrativa de confiabilidade:** posicionar os países de ABPU como fornecedores comprometidos com a segurança alimentar global, especialmente em momentos de crise.
- **Mecanismos internos de amortecimento:** desenvolver políticas que protejam consumidores vulneráveis sem recorrer sistematicamente a restrições ao comércio.
- **Coordenação regional:** evitar respostas descoordenadas entre os países da região que possam comprometer a credibilidade coletiva.

Em um mundo no qual a segurança alimentar adquire crescente dimensão geopolítica, o “nacionalismo alimentar” de outros países pode abrir oportunidades para o agronegócio de ABPU, desde que esses países consigam manter, no longo prazo, uma reputação sólida como fornecedores confiáveis e previsíveis.

8) Rivalidade EUA - China e reordenamento dos fluxos comerciais (2024 - janeiro de 2026)

A rivalidade estratégica entre os países constitui o principal eixo de fragmentação geoeconômica contemporânea e tem impacto direto sobre o comércio agroindustrial global. Na prática, soja, milho e proteínas funcionam como ativos estratégicos: não apenas pelo seu peso no abastecimento, mas também por estarem diretamente ligados a objetivos de segurança alimentar, estabilidade social e capacidade industrial.

a. O que mudou no período recente: do “comércio” à gestão estratégica do abastecimento

1. **Compras como sinal político:** a China pode modular suas decisões de compra (origem, timing e volume) de acordo com o clima das relações bilaterais com os Estados Unidos. Isso introduz um componente político adicional na formação de preços e na alocação dos fluxos comerciais.
2. **Gestão de risco por diversificação deliberada:** além do preço, observa-se uma lógica de “portfólio de fornecedores” destinada a reduzir exposição estratégica a riscos como sanções, controles ou contingências logísticas.
3. **Maior centralidade da segurança alimentar chinesa:** em um contexto de estresse climático e volatilidade global, a continuidade do fornecimento de insumos para

ração animal (soja e milho) torna-se fundamental para a estabilidade dos preços das proteínas.

b. Dinâmica geopolítica: desacoplamento parcial, controles e competição por influência

Em um ambiente de tensões tecnológicas e comerciais, o agronegócio da região passa a se inserir em uma lógica mais ampla marcada por:

- redução de dependências críticas;
- segurança econômica;
- competição por áreas de influência.

Embora não exista um “desacoplamento total” no comércio de alimentos, observa-se um desacoplamento seletivo: busca-se redundância de fornecedores e redução de vulnerabilidades unilaterais. Isso fortalece o papel de fornecedores alternativos, como o Brasil e, potencialmente, outros países do Cone Sul, mas também amplia o poder de compra da China para administrar condições de acesso (SPS, prazos, habilitações e auditorias).

c. Tarifas cruzadas e desvio de comércio: distorções induzidas pela rivalidade estratégica

No contexto da rivalidade entre Estados Unidos e China, tarifas retaliatórias e medidas de represália continuam sendo instrumentos centrais de política comercial, com impactos diretos sobre os fluxos agroindustriais globais.

• **Distorção de preços relativos:** a imposição ou ameaça de tarifas altera a competitividade entre origens, gerando prêmios artificiais ou penalidades de preço que não decorrem de fundamentos produtivos, mas de decisões geopolíticas.

• **Desvio de comércio:** tarifas aplicadas a produtos norte-americanos incentivam a China a redirecionar compras para terceiros fornecedores, especialmente da América do Sul, mesmo quando estes não seriam a origem mais eficiente em condições normais.

• **Volatilidade e reconfiguração abrupta de fluxos:** reversões parciais de tensões ou acordos temporários podem provocar mudanças rápidas na direção do comércio, afetando planejamento produtivo, logística e decisões de investimento dos países exportadores.

• **Efeitos de segunda ordem:** o redirecionamento de oferta para a China altera a concorrência em mercados terceiros, pressionando preços e disponibilidade para outros importadores e obrigando exportadores a redefinir suas estratégias comerciais.

Nesse contexto, as tarifas deixam de ser apenas instrumentos defensivos e passam a atuar como mecanismos ativos de reorganização dos fluxos comerciais, com impactos sistêmicos sobre o comércio agroindustrial.

d. Canais de impacto sobre o agronegócio de ABPU

Para ABPU, a rivalidade EUA - China se manifesta por cinco canais principais:

1. **Reordenamento de fluxos e prêmios de preço:** desvios da demanda chinesa antes direcionada aos EUA podem elevar prêmios para a América do Sul; por outro lado,

distensões bilaterais podem pressionar preços e deslocar a oferta regional para outros destinos.

2. **Dependência e poder de compra:** uma maior concentração das exportações em um único mercado aumenta a exposição a mudanças tarifárias, regulatórias ou políticas.
3. **Exigências de confiabilidade e escala:** a demanda por continuidade, volume e previsibilidade estimula investimentos em logística, capacidade de embarque e coordenação comercial.
4. **Bilateralização do acesso:** a governança do comércio tende a deslocar-se para entendimentos bilaterais ou arranjos ad hoc, com menor previsibilidade e menor respaldo multilateral.
5. **Efeitos colaterais em mercados terceiros:** o redirecionamento das compras chinesas altera preços, disponibilidade e estratégias comerciais de outros importadores, afetando o posicionamento regional.

e. Implicações estratégicas para o agronegócio de ABPU

A oportunidade é evidente: o agronegócio de ABPU pode consolidar-se como fornecedor estrutural da China e de outros mercados asiáticos. O risco também é claro: ficar preso a uma relação assimétrica, marcada por elevada concentração de destinos e crescente poder de compra do importador.

Sob uma perspectiva estratégica, isso exige:

- **Diplomacia comercial como política de Estado e de caráter regional:** coordenação entre países, monitoramento constante de mudanças tarifárias e capacidade de resposta a desvios de comércio.
- **Diversificação comercial e de produtos:** expansão para ASEAN, Índia, Oriente Médio e Norte da África (MENA) e África, combinada com maior agregação de valor e processamento.
- **Infraestrutura e resiliência logística:** garantir continuidade operacional diante de picos sazonais e disrupções externas.
- **Coordenação entre os países ABPU na política comercial externa:** evitar estratégias exclusivamente nacionais que enfraqueçam o poder negociador do bloco e aumentem custos de ajuste.

A rivalidade entre Estados Unidos e China transforma o agronegócio de ABPU em um componente explícito da competição estratégica global. Os países da região ganham centralidade como fornecedores, mas precisam administrar cuidadosamente a tensão entre oportunidade de demanda e risco de dependência estrutural.

9) Friendshoring e nearshoring: reconfiguração geopolítica das cadeias agroalimentares (2021 - janeiro de 2026)

A convergência entre pandemia, guerra, disputas comerciais, disrupções logísticas e estresse climático acelerou uma reconfiguração estrutural do comércio global: a transição de cadeias organizadas prioritariamente por custo e competitividade (“just-in-time”) para cadeias estruturadas com foco em resiliência, continuidade e redução de riscos logísticos e

geopolíticos, incluindo afinidades entre países. No setor agroalimentar, essa mudança é particularmente relevante porque a segurança alimentar passou a integrar explicitamente a agenda de segurança nacional de muitos países importadores.

a. O que mudou: o risco geopolítico entra na função objetivo do comércio

Antes de 2020, a lógica dominante era eficiência e custo. A partir de 2021, ganha força uma abordagem na qual importadores e grandes compradores passam a priorizar simultaneamente:

1. Continuidade do abastecimento (capacidade de entrega em situações de crise).
2. Previsibilidade política e regulatória do fornecedor (baixa propensão a restrições e choques de política interna).
3. Compatibilidade regulatória e reputacional (SPS, rastreabilidade e padrões ambientais).
4. Redundância de abastecimento (diversificação de origens para mitigar falhas).

Essa mudança não é apenas comercial: trata-se de um reordenamento geopolítico e geoeconômico, no qual “quem fornece” passa a ser tão importante quanto “a que preço”.

b. Friendshoring: afinidade política e “trusted supplier” como critério de organização das cadeias

O friendshoring implica priorizar fornecedores percebidos como confiáveis em três dimensões: política, regulatória e logística. No setor agroalimentar, esse conceito se expressa de forma específica:

- **Segurança alimentar como segurança nacional:** importadores buscam minimizar o risco de interrupções decorrentes de sanções, conflitos, restrições às exportações ou choques internos.
- **Padrões como filtros de confiança:** requisitos SPS, sistemas de rastreabilidade e exigências ambientais deixam de ser apenas critérios de qualidade e passam a funcionar como mecanismos de seleção de fornecedores “compatíveis”.
- **Relações de longo prazo:** proliferam acordos-quadro de investimento ou comércio, memorandos SPS e mecanismos de consulta e cooperação regulatória, mesmo quando implicam custos adicionais.

Implicações geopolíticas

Os fluxos comerciais passam a incorporar variáveis como risco, reputação e alinhamento político. O comércio tende a se estratificar entre fornecedores plenamente confiáveis (“amigos”) e fornecedores transacionais ou de mercado spot.

Implicações para o agronegócio de ABPU

- **Oportunidade:** posicionar-se como fornecedor confiável de alimentos, proteínas e bioenergia para grandes importadores estruturais (UE, China, MENA e Estados Unidos).
- **Risco:** exclusão ou perda de participação caso não seja possível demonstrar confiabilidade política, regulatória, continuidade de oferta e compatibilidade ambiental verificável.

c. Nearshoring: proximidade geográfica e resiliência logística

O nearshoring baseia-se na redução das distâncias físicas para diminuir:

- custos logísticos;
- vulnerabilidade a disrupções (Suez, Mar Vermelho, Panamá);
- pegada de carbono do transporte, cada vez mais relevante nas narrativas regulatórias ambientais.

No setor agroalimentar, seu impacto é heterogêneo:

- **América do Norte:** México e América Central ganham espaço como fornecedores “próximos” dos Estados Unidos, inclusive em produtos processados.
- **Europa:** Mediterrâneo, Norte da África e Europa Oriental surgem como alternativas parciais para determinados produtos.
- **América do Sul:** a distância limita o nearshoring puro, mas os países de ABPU podem capturar parte dessa lógica por meio de um friendshoring ampliado e da capacidade de abastecimento em grande escala para América do Norte e Europa.

Para o agronegócio de ABPU, o principal desafio não é competir em proximidade, mas compensar a distância com confiabilidade sistêmica: infraestrutura portuária, continuidade de oferta, eficiência logística e redução de riscos operacionais. Ainda assim, ABPU possui vantagem relativa de baixos riscos logísticos para acesso à América do Norte e à Europa.

d. Interação com clima, sustentabilidade e enfraquecimento do multilateralismo

Friendshoring e nearshoring não operam isoladamente; eles se combinam com outros fatores estruturais:

1. **Mudança climática:** importadores diversificam fornecedores em diferentes zonas agroclimáticas para reduzir riscos sistêmicos. Isso pode favorecer o agronegócio de ABPU devido à sua diversidade produtiva, mas exige resiliência comprovável.
2. **Regulação extraterritorial (EUDR e similares):** padrões ambientais passam a funcionar como “passaporte” para integrar cadeias organizadas sob lógica de friendshoring; o cumprimento torna-se condição de pertencimento.
3. **Enfraquecimento da OMC:** com a perda de efetividade do sistema multilateral, ganha legitimidade a seleção discricionária de fornecedores considerados confiáveis ou “amigos”, e multiplicam-se requisitos regulatórios não harmonizados.

Nesse contexto, a confiança torna-se uma variável institucional: constrói-se com regras, sistemas e reputação, e não apenas com declarações.

e. Canais de impacto sobre a agenda agroindustrial de ABPU

Essa reorganização impacta o agronegócio de ABPU por cinco vias principais:

1. **Reputação geopolítica como ativo comercial:** estabilidade política e previsibilidade regulatória passam a ter valor econômico direto.
2. **Custos de conformidade como custo de acesso:** requisitos SPS, rastreabilidade e sustentabilidade tornam-se exigências permanentes.

3. **Maior importância de acordos operacionais:** protocolos sanitários, equivalências regulatórias e cooperação técnica tornam-se tão relevantes quanto tarifas.
4. **Segmentação de mercados:** cadeias “trusted” (alto padrão) coexistem com mercados spot (menor exigência), exigindo estratégias comerciais diferenciadas.
5. **Incentivo a investimentos em infraestrutura e logística:** reduzir fricções para compensar a distância e garantir continuidade do abastecimento.

f. Implicações estratégicas para o agronegócio de ABPU

Em um mundo no qual as cadeias se reorganizam com base em resiliência e alinhamento geopolítico, a agenda agroindustrial de ABPU passa a depender cada vez mais de cinco capacidades:

1. Construir e sustentar reputação como fornecedor confiável (continuidade, baixa propensão a restrições, cumprimento de compromissos).
2. Promover alianças empresariais com atores nos mercados de destino para reduzir riscos e custos de transação.
3. Cumprir e negociar padrões regulatórios (SPS, ambientais e de rastreabilidade) com métricas verificáveis e reconhecimento de equivalências.
4. Desenvolver diplomacia comercial ativa (bilateral, plurilateral e regulatória), para além do sistema da OMC.
5. Fortalecer a coordenação regional para evitar sinais contraditórios entre os países e reduzir a bilateralização do acesso aos mercados.

Assim, tanto o friendshoring quanto o nearshoring não significam necessariamente perda de relevância para ABPU devido à distância geográfica. Significam, porém, que o acesso a mercados e a manutenção de participação dependerão cada vez mais da capacidade de demonstrar, de forma consistente, que os países da região podem atuar como **fornecedores confiáveis (“trusted suppliers”)** em um ambiente caracterizado por padrões mais exigentes e disrupções recorrentes.

10) Fragilidade interna do MERCOSUL: união aduaneira incompleta, tensões políticas e perda de gravitação externa (2019 - janeiro de 2026)

Em paralelo ao endurecimento do contexto geopolítico global, o MERCOSUL carrega fragilidades estruturais que limitam sua capacidade de atuar como bloco. A paradoxo é central: justamente quando o agronegócio do MERCOSUL ganha valor estratégico em razão da segurança alimentar, das mudanças climáticas e da reorganização das cadeias globais, o bloco enfrenta restrições internas que reduzem sua capacidade de capitalizar esse ativo em termos de cooperação, negociação, acesso a mercados e posicionamento internacional.

a. Uma união aduaneira que não se consolidou plenamente como limite estrutural

Mais de três décadas após sua criação, o MERCOSUL continua operando com características de uma união aduaneira incompleta:

1. Persistência de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), regimes especiais e medidas unilaterais que comprometem a previsibilidade interna e externa.

2. Fragilidade da política comercial comum: a capacidade de sustentar posições unificadas perante terceiros é limitada, sobretudo quando existem incentivos domésticos para priorizar agendas nacionais.
3. Fragmentação regulatória em áreas-chave para o agronegócio (SPS, defesa comercial, facilitação de comércio e logística): os avanços ocorrem de forma parcial e reativa, em vez de consolidar um arcabouço regulatório coerente.

Em um cenário marcado por friendshoring e pela valorização de **fornecedores confiáveis** (“**trusted suppliers**”), essa arquitetura institucional imperfeita reduz a credibilidade do MERCOSUL como parceiro capaz de garantir regras estáveis em escala regional.

b. Tensões políticas entre os principais parceiros: impactos sistêmicos na coordenação e nas sinalizações externas

A relação entre Argentina e Brasil é determinante para o funcionamento do MERCOSUL. Em diversas ocasiões, as prioridades políticas e comerciais de ambos os países divergiram, limitando a harmonização regulatória interna e as negociações comerciais com mercados estratégicos. No período recente, as divergências políticas e estratégicas entre **Luiz Inácio Lula da Silva** e **Javier Milei** introduziram fricções com efeitos concretos:

- desalinhamento de prioridades quanto à integração regional, ao papel do Estado, à política ambiental e ao posicionamento internacional;
- menor coordenação política de alto nível, reduzindo a capacidade de construir posições comuns perante terceiros;
- sinais contraditórios ao exterior, aumentando a percepção de risco quanto à negociação, implementação e cumprimento de acordos.

Do ponto de vista geopolítico, o resultado é que parceiros externos passam a tratar o MERCOSUL como um espaço negociável de forma parcial, incentivando a bilateralização das relações comerciais.

c. Falta de definição consensual da agenda externa: dificuldade para concluir acordos relevantes

Em um contexto em que outros exportadores avançam com estratégias flexíveis de acordos de livre comércio e disciplinas regulatórias mais profundas, o MERCOSUL enfrenta dificuldades para concluir negociações de maior relevância:

1. O acordo UE–MERCOSUL permanece como uma negociação prolongada e altamente politizada, com o agronegócio no centro das controvérsias e crescente carga regulatória ambiental.
2. Ausência de avanços ambiciosos com parceiros estratégicos como Estados Unidos, China e ASEAN em formatos que promovam abertura comercial significativa e cooperação regulatória profunda.
3. Proliferação de acordos de impacto limitado, sem resolver gargalos centrais do acesso agroindustrial, como SPS, rastreabilidade, logística e barreiras técnicas.

Esse cenário gera perda de competitividade relativa e custo de oportunidade: concorrentes como Austrália, Nova Zelândia e Canadá ampliam acesso preferencial e reconhecimento regulatório, consolidando posições em cadeias cada vez mais seletivas.

d. Canais de impacto sobre o agronegócio de ABPU

As fragilidades internas do bloco afetam diretamente a agenda agroindustrial por quatro vias principais:

1. **Menor poder de negociação coletiva e perda de competitividade.**
Diante de regulações extraterritoriais (como o EUDR) ou exigências SPS, respostas fragmentadas reduzem a capacidade de influenciar critérios, prazos de implementação ou reconhecimento de equivalências.
2. **Bilateralização das relações por parte de terceiros.**
Diante da falta de coesão, parceiros externos tendem a negociar habilitações, protocolos sanitários e acordos de cooperação de forma bilateral, aumentando custos e assimetrias.
3. **Dificuldade de construir reputação de “trusted supplier” como bloco.**
A confiabilidade sistêmica — essencial no contexto de friendshoring — depende de coordenação regulatória, estabilidade institucional e sinalizações políticas consistentes.
4. **Limitações para desenvolver respostas técnicas regionais.**
Sistemas de rastreabilidade, métricas ambientais, certificações e estruturas SPS robustas exigem soluções regionais para reduzir custos e evitar duplicações; a fragilidade institucional limita essa escala.

e. Incidência geopolítica: por que isso importa mais agora

Em um cenário no qual o comércio agroindustrial passa a ser definido cada vez mais por:

- blocos econômicos coesos,
- compatibilidade regulatória,
- capacidade logística e reputação de continuidade de fornecimento,

a fragmentação interna do MERCOSUL deixa de ser apenas um problema interno e passa a ser um determinante direto do acesso externo. Parceiros comerciais buscam previsibilidade: se o bloco não consegue garanti-la, ajustam suas estratégias por meio de seletividade, condicionalidades regulatórias e negociações bilaterais.

f) Conclusão: o paradoxo do valor estratégico sem capacidade de captura

O paradoxo atual é claro: justamente quando o agronegócio do MERCOSUL adquire maior valor geopolítico global — devido à segurança alimentar, às mudanças climáticas e à reorganização das cadeias produtivas — o bloco enfrenta limitações internas que reduzem sua capacidade de transformar esse valor em acordos, acesso estável a mercados e influência regulatória.

Sem avanços em:

- consolidação efetiva da união aduaneira,
- coordenação política consistente entre os principais parceiros, e
- definição de uma agenda externa comum com instrumentos operacionais (SPS, cooperação regulatória, rastreabilidade e logística),

o MERCOSUL corre o risco de ficar para trás em um cenário no qual a competitividade agroindustrial depende cada vez mais de **coesão institucional, confiabilidade política e capacidade de negociação estratégica**. Trata-se, portanto, de um desafio estratégico central para a região.

III. Considerações finais para a agenda agroindustrial do agronegócio de ABPU

1) Eficiência e competitividade deixaram de ser os fatores centrais do comércio agroindustrial. Hoje, outros elementos tornam-se determinantes: poder, risco e confiança.

Entre 2019 e 2026, o setor agroindustrial passou a integrar plenamente a geopolítica global: guerras, mudanças climáticas, sanções, regulações extraterritoriais e rivalidades estratégicas transformaram alimentos, insumos e logística em ativos de segurança nacional. Nesse contexto, o acesso a mercados já não se define apenas por custos ou tarifas, mas por confiabilidade sistêmica, compatibilidade regulatória e capacidade de entrega em cenários de disrupção. Para o agronegócio de ABPU, isso significa que a competitividade depende cada vez mais de instituições, regras e reputação — e não apenas de vantagens naturais ou de produtividade.

2) O valor geopolítico do agronegócio de ABPU aumentou, mas também cresceu o nível de exigência para capturá-lo.

A combinação de estresse climático, nacionalismo alimentar em outros países, reorganização dos fluxos comerciais e estratégias de friendshoring ampliou a centralidade de ABPU como fornecedor líquido de alimentos, proteínas e bioenergia. Entretanto, esse valor vem acompanhado de exigências crescentes: rastreabilidade ambiental, diplomacia comercial e sanitária, resiliência produtiva, logística eficiente, previsibilidade das políticas comerciais e métricas verificáveis. O desafio não é apenas produzir mais, mas demonstrar, de forma crível e coordenada, que os países da região são capazes de sustentar a oferta em um contexto de pressões estruturais e atender simultaneamente a múltiplos padrões e exigências.

3) A principal restrição ao acesso a mercados não é apenas externa, mas também interna: sem coesão regional, o agronegócio de ABPU perde capacidade de negociação e captura de valor.

Em um cenário de multilateralismo enfraquecido e comércio cada vez mais condicionado por relações de poder, a fragmentação interna do MERCOSUL se torna um custo estratégico. A união aduaneira incompleta, a coordenação política limitada e a ausência de uma agenda externa comum reduzem a capacidade do bloco de negociar equivalências regulatórias, responder a normas extraterritoriais e construir reputação como **“fornecedor confiável” (trusted supplier)**. A paradoxo é evidente: quanto mais relevante o agronegócio do Cone Sul se torna para a segurança alimentar global, mais necessária se torna a existência de um bloco coeso capaz de transformar esse ativo em oferta estável, acordos de qualidade e maior influência internacional.

IV. Algumas ideias para avançar para a ação

A agenda comercial do agronegócio de ABPU estrutura-se atualmente em torno de um conjunto de objetivos estratégicos que respondem tanto às transformações do comércio internacional quanto às vulnerabilidades próprias da região. Nesse contexto, a diversificação de mercados, produtos e parceiros surge como condição essencial para reduzir riscos e ampliar oportunidades; o asseguramento do acesso torna-se central diante de um ambiente cada vez mais regulado, fragmentado e sujeito a medidas com efeitos extraterritoriais; a resiliência ganha relevância como capacidade de sustentar fluxos comerciais diante de choques geopolíticos, climáticos ou logísticos; e a sustentabilidade consolida-se como eixo transversal, não apenas por suas implicações ambientais e sociais, mas também como fator determinante para o acesso efetivo a mercados e para a competitividade de longo prazo do agronegócio de ABPU.

A seguir, apresentam-se algumas dimensões da **demanda** e da **oferta** a serem consideradas à luz das análises anteriores.

1. Demanda

Posicionamento

O agronegócio de ABPU precisa construir e sustentar um posicionamento internacional claro e coerente, que o projete como fornecedor confiável, previsível e competitivo de alimentos, produtos da bioeconomia e manufaturas de origem agroindustrial, com base em sistemas produtivos sustentáveis e ambientalmente responsáveis. Para isso, é necessário alinhar as mensagens institucionais dos países da região com as estratégias dos setores produtivos, evitando abordagens fragmentadas por país e reforçando atributos comuns como escala, complementaridade produtiva e capacidade de abastecimento de longo prazo.

Inteligência comercial e sanitária

É prioritário desenvolver e coordenar sistemas de inteligência comercial e sanitária em nível regional, envolvendo os quatro países de ABPU ou o próprio MERCOSUL, capazes de antecipar mudanças regulatórias, exigências SPS/TBT (*Technical Barriers to Trade*) e tendências de consumo nos principais mercados. O objetivo é reduzir assimetrias de informação, ampliar a capacidade de adaptação das empresas e fortalecer uma lógica preventiva e proativa diante de novas barreiras de acesso.

Abertura de mercados

A abertura de mercados deve ser conduzida como um processo técnico e estratégico, priorizando destinos com maior potencial de diversificação e geração de valor agregado. Isso implica acelerar habilitações sanitárias, promover reconhecimento de equivalências, avançar em esquemas de regionalização e zonificação e articular de maneira mais eficiente a agenda técnica com a diplomacia comercial dos quatro países.

Promoção comercial

A promoção comercial precisa evoluir para instrumentos mais focalizados e orientados a resultados, priorizando ações em segmentos específicos, nichos de alto valor e cadeias estratégicas. A participação ativa do setor privado, em articulação com agências de promoção e representações comerciais, é fundamental para maximizar o impacto e a eficiência no uso dos recursos.

Negociações de acordos comerciais e mecanismos alternativos

As negociações comerciais devem combinar a agenda tradicional de acordos de livre comércio com instrumentos alternativos de acesso a mercados, como acordos parciais, agendas regulatórias, reconhecimento mútuo e cooperação técnica. Essa flexibilidade é essencial para ampliar oportunidades em um contexto internacional caracterizado por fragmentação e crescente uso de regulações com efeitos extraterritoriais.

Promoção de investimentos conjuntos e alianças empresariais

A agenda da demanda deve ser complementada por políticas ativas de promoção de investimentos conjuntos e alianças empresariais voltadas à consolidação da presença nos mercados de destino, à integração de cadeias de valor e à ampliação da escala produtiva e comercial. Essas parcerias permitem transformar o acesso comercial em inserção produtiva e comercial mais duradoura.

2. Oferta

Inovação: produtividade, sustentabilidade e resiliência

O fortalecimento da oferta exportável de ABPU depende de uma estratégia robusta de inovação que combine ganhos de produtividade com avanços em sustentabilidade e resiliência. Isso implica incentivar a geração e a adoção de tecnologias, práticas de manejo e modelos organizacionais capazes de reduzir desigualdades internas e mitigar riscos climáticos, logísticos e produtivos.

Métricas

O desenvolvimento de métricas regionais comuns, comparáveis e cientificamente fundamentadas é um instrumento fundamental para demonstrar desempenho produtivo, ambiental e social e facilitar o acesso a mercados mais exigentes. Indicadores harmonizados permitem dialogar com padrões internacionais e reduzir custos de conformidade para empresas e produtores.

Diferenciação e certificações

A diferenciação por meio de certificações, selos de qualidade e esquemas de atributos específicos deve ser tratada como ferramenta estratégica de competitividade, e não apenas como resposta a exigências externas. Quando bem estruturadas, essas iniciativas permitem capturar valor, acessar nichos de mercado e fortalecer a reputação coletiva dos produtos agroindustriais da região.

Narrativas para posicionamento

Os atributos técnicos da oferta precisam ser traduzidos em narrativas claras, consistentes e alinhadas às expectativas dos mercados. Construir narrativas críveis sobre origem,

qualidade, sustentabilidade e rastreabilidade é essencial para consolidar o posicionamento internacional do agronegócio de ABPU e de suas cadeias produtivas.

Alianças empresariais para investimentos conjuntos

A promoção de alianças empresariais voltadas a investimentos conjuntos pode ampliar capacidades produtivas, incorporar conhecimento técnico e reduzir riscos. Parcerias intrarregionais ou com atores externos são instrumentos importantes para acelerar a modernização da oferta e ampliar sua inserção internacional.

Coordenação público-privada em ABPU

Uma coordenação público-privada mais profunda e sistemática é indispensável para alinhar incentivos, prioridades e capacidades em nível regional. A articulação entre governos, empresas e organizações setoriais permite transformar diagnósticos em políticas operacionais e assegurar continuidade das estratégias além dos ciclos políticos.

Logística: Hidrovia e corredor bioceânico

Como destacado anteriormente, a logística constitui um determinante estrutural da competitividade do agronegócio de ABPU. Por isso, a agenda comercial deve incorporar de forma explícita melhorias na Hidrovia, nos corredores bioceânicos e em outros nós logísticos críticos. Garantir acesso a rotas alternativas, reduzir custos, aumentar a previsibilidade e reforçar a confiabilidade logística são condições essenciais para sustentar e ampliar a inserção internacional da produção agroindustrial da região.

Referências

¹As credenciais ESG são certificações ou avaliações que validam o desempenho de uma empresa ou organização em temas Ambientais (Environment), Sociais (Social) e de Governança Corporativa (Governance), demonstrando seu compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade corporativa. Essas credenciais contribuem para fortalecer a reputação institucional, ampliar o acesso a capital e aumentar a resiliência no longo prazo. Exemplos incluem programas como o CFA ESG, a Certificação B Corp e certificações setoriais, como o LEED.

²O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) é um instrumento da UE que entrou em sua fase definitiva em 1º de janeiro de 2026. Ele estabelece a cobrança de um preço de carbono sobre determinadas importações: como aço, cimento, alumínio, fertilizantes, eletricidade e hidrogênio. Seu objetivo é equalizar o custo do carbono entre produtores estrangeiros e produtores europeus, evitando a realocação de produção para países com regulações climáticas menos rigorosas (fenômeno conhecido como carbon leakage).

³A Iniciativa de Grãos do Mar Negro foi um acordo firmado entre Rússia, Ucrânia, Turquia e as Nações Unidas durante a invasão russa da Ucrânia em 2022. O acordo permaneceu em vigor por aproximadamente um ano e permitiu a exportação de milhões de toneladas de grãos e outros produtos alimentícios a partir de portos ucranianos, apesar do conflito iniciado em fevereiro daquele ano.

⁴Na região, a Argentina também implementou restrições às exportações de grãos e carnes, que tiveram efeitos prejudiciais.